



Simpósio de Integração Acadêmica

“Bicentenário da Independência: 200 anos de ciência, tecnologia e inovação no Brasil e 96 anos de contribuição da UFV”

SIA UFV 2022



A soberania alimentar no Brasil com ênfase dos povos indígenas

Railane Sangir Santos - Bacharela em Serviço Social, Mestranda em Economia Doméstica - Universidade Federal de Viçosa - railane.santos@ufv.br

Elizâni Lima Souza - Bacharela em Serviço Social, Mestranda em Economia Doméstica - Universidade Federal de Viçosa - elizani.souza@ufv.br

Maria da Graça Luderitz Hoefel - Coordenadora Nacional do Projeto Vidas Paralelas (PVP) e do Ambulatório de Saúde Indígena do Hospital Universitário de Brasília - gracahoefel@gmail.com

Palavras-Chave: Segurança Alimentar; Indígenas; Pandemia.

Introdução

Este resumo apresenta a experiência na construção de trabalho, vivenciada por alunas do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Viçosa (UFV) na mobilidade acadêmica virtual via Programa de Mobilidade Virtual em Rede de Instituições Federais de Ensino Superior (Promover Andifes), programa que visava oportunizar a mobilidade de estudantes entre instituições federais através de vagas em disciplinas ofertadas em diversas universidades federais brasileiras.

Objetivos

O tema trata o direito humano à alimentação adequada como uma conquista contra opressão, discriminação e abuso de poder neoliberal da sociedade. Logo, discorre pela conjuntura governamental brasileira diante aos moldes do capitalismo neoliberal, os desmontes dos programas e políticas públicas de forma demasiada e o aumento dos índices de desigualdade e pobreza da sociedade.

Material e Métodos

A metodologia utilizada pautou-se em uma pesquisa básica de cunho exploratório, Gil (2008). Consideramos que para a plena efetivação do direito indígena é necessário a promoção da reforma agrária, a valorização e incentivo à agricultura familiar e agroecológica, a vigilância sanitária, o saneamento básico, e principalmente, a promoção e concretização das políticas públicas

Agradecimentos

A disciplina de Saúde Indígena - Universidade de Brasília (UnB) pertencente ao Departamento de Saúde Coletiva foi ofertada pela 3ª edição do Promover/Andifes em 2021/2.

Resultados e Discussão

Com a diminuição acirrada das possibilidades do acesso a alimentos compromete a garantia da segurança alimentar e nutricional, há a se destacar as problemáticas que deslegitimam a qualidade de vida digna do indivíduo, em específico aos povos tradicionais indígenas. Em contexto histórico brasileiro, a instituição de políticas públicas é um processo indissociável da conjuntura política, econômica e social existente, que possui herança através de mobilização e lutas sociais, que perpassa desde alianças há conflitos e interesses sociais, que divergem do conceito de qualidade de vida. A mobilização da agricultura familiar parte e inicia-se pelo debate acadêmico que traz a discussão do lugar e a historicidade que a agricultura familiar ocupou no desenvolvimento dos países, em especial as condições de precariedade e vulnerabilidade no que se refere ao Brasil. Em seguida é apontado as ações essenciais do Estado, que fornece atributos para fortalecer a categoria, adjunto a articulação dos movimentos e lutas sociais do campo. Ao se tratar do espaço rural como objeto de espaço a ser discutido, o entendemos como território de materialização social, econômica, política, cultural e educacional da existência humana. O processo de subordinação e dependência dos grandes latifundiários para produção de bens e consumo, inicia-se com a disputa pela terra e encaminha para mão de obra barata e disponível se necessária dos trabalhadores. Pela ótica capitalista e neoliberal a invisibilidade e desigualdade socioeconômica se caracteriza no processo de desenvolvimento social e econômico, precariedade e vulnerabilidade social brasileira, tida como benéfica a esse sistema.

Conclusões

Contudo, conclui-se que em situação pandêmica devemos enfatizar a relevância do fortalecimento das políticas de alimentação e nutrição no Brasil. A garantia e manutenção dos direitos previstos na Constituição Federal, bem como a articulação de programas e políticas que dão continuidade e preserve o direito à segurança alimentar da população em período atípico e incerto.

Bibliografia

- Ferreira LB. O Controle Social no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena: uma reflexão bioética [tese]. Brasília: Universidade de Brasília; 2012. p.147.
- Fundação Nacional de Saúde (Brasil). Lei Arouca: a Funasa nos 10 anos de saúde indígena. Brasília: Funasa, 2009.
- SILIPRANDI, Emma. **É possível garantir a soberania alimentar a todos os povos no mundo de hoje**. Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 2, n. 4, p. 16-19, 2001.